

A EFICÁCIA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO IMPLANTADOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Edinalva Rodrigues de Souza*
Marcos Tagliati*
Vera Lucia Neves**

JUSTIFICATIVA

Desde 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal, fruto do processo de redemocratização do Brasil, a criança e o adolescente passam a serem vistos como sujeitos de direitos, superando a visão anterior onde a atenção e o reconhecimento de sujeito de direitos era apenas para o adulto.

Através da Constituição Federal de 1988, a família, sociedade e Estado passam a serem obrigados a garantir proteção integral para a criança e o adolescente, além de reconhecê-los como indivíduos que tanto quanto os adultos possuem direitos que devem ser assegurados. Dois anos após a promulgação da Constituição Federal, sanciona-se a lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O ECA em seu Artigo 6º afirma que esta lei levará em conta os fins sociais as exigências do bem comum e os direitos e deveres individuais e coletivos, considerando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Segundo Antônio Carlos Gomes da Costa

“A consequência de tudo isto reside no reconhecimento de que crianças e adolescentes são detentores de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade e mais direitos especiais, que decorrem precisamente do seu estatuto ontológico próprio de “pessoa em condição peculiar de desenvolvimento”. (CURY, p. 55. 2005)

O Estatuto garante cinco direitos fundamentais: Direito à vida e saúde, Direito à liberdade, respeito e dignidade, Direito à convivência familiar e comunitária, Direito

*Discentes do terceiro período de Serviço Social da Faculdade União de Campo Mourão.

**Professora da disciplina de Política Social no terceiro período de Serviço Social na Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

à educação, cultura, esporte e lazer e o Direito à profissionalização e proteção ao trabalho.

Para a aplicação desta lei, o Estado é incumbido juntamente com a sociedade civil, de elaborar, implementar e fiscalizar Políticas Públicas que efetivem os cinco direitos fundamentais estabelecidos no Estatuto.

O presente projeto visa fazer uma abordagem sobre o artigo 53 da lei 8.069/90, que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, com um enfoque maior no direito à Educação. Através de uma análise dos Serviços Ofertados e do que rege a lei.

O artigo 53 do ECA, reforça o que rege a Constituição Federal, no que se refere ao direito à Educação, que promulga o mesmo como uma Direito Social. Garantir tal direito é assegurar o desenvolvimento social e pessoal da criança e do adolescente, assim, a pesquisa pretende demonstrar a atual situação dos serviços prestados na área de educação para a garantia desse direito no município de Campo Mourão.

OBJETIVO GERAL

Realizar pesquisa bibliográfica relacionando a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis de Diretrizes e Bases – LDB – com os serviços prestados no ensino fundamental, pelo município de Campo Mourão e de ensino médio, pelo Governo do Estado do Paraná.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o que rege as legislações pertinentes sobre a Educação para Crianças e Adolescentes.
- Levantar dados estatísticos populacional de Crianças e Adolescentes do Município.
- Elaborar tabela estatística através de dados da Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação para concluir se há demanda reprimida.

- Pesquisar os serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Governo do Estado na cidade de Campo Mourão.
- Realizar análise comparativa entre as diretrizes e leis estabelecidas e os serviços oferecidos.

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada se pauta na pesquisa bibliográfica, que é o levantamento de material escrito sobre um determinado assunto, assim como em levantamento de dados sobre o número de crianças e adolescentes em idade escolar e entidades de ensino, no Município de Campo Mourão.

Para tanto serão realizados:

- Pesquisa em Bibliotecas
- Pesquisa em sites de artigos acadêmicos
- Levantamento de Dados Estatísticos
- Levantamento de Dados na área da Educação no Município de Campo Mourão.
- Releituras Bibliográficas
- Elaboração de fichas de leituras.
- Produção de um Artigo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **MiniCódigo DE DIRETOS HUMANOS**. Organizado por Eduardo C.B. Bittar; Guilherme Assis de Almeida. ed. rev. e ampl. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2010. 1018 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Colaboração de Camila Chaves Dumienne; George Lima; Valéria Sperandio Rangel. 7 ed. atual. Brasília, 2012.

CURY, Múnir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais**. 7ªed. São Paulo: Malheiros, 2005. 866p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CRONOGRAMA

DATA / PERÍODO	ATIVIDADE
MAIO	Revisão de Literatura e Elaboração do Projeto.
JUNHO	Elaboração de fichas de leitura e organização de conteúdo.
JULHO	Levantamento de Dados e Estruturação dos Capítulos
AGOSTO	Revisão e correção do Artigo
SETEMBRO	Apresentação da Pesquisa na Semana Acadêmica.